

#Covid-19

Por dentro das medidas de combate à pandemia

27 de maio a 1º de julho de 2020

O que você precisa saber

Destaques da semana

PRESIDENTE SANCIONA AUXÍLIO PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS

O Governo Federal sancionou a Lei Complementar nº 173, que diz respeito ao auxílio a estados e municípios aprovado pelo Congresso Nacional, e que teve acompanhamento do Ministério da Economia. Serão R\$60 bilhões transferidos pela União em quatro parcelas. Parte desses recursos, em menor volume, será para pagamento de pessoal das áreas da Saúde e Assistência Social. Outros R\$50 bilhões poderão ser aplicados pelos entes federados de forma livre, desde que em ações relacionadas à pandemia. A sanção presidencial vetou um ponto polêmico aprovado pelo Congresso, que oferecia a possibilidade de reajuste para algumas categorias de servidores públicos.

GOVERNO FEDERAL PROMOVE RELAXAMENTO NAS MEDIDAS COERCITIVAS PELO ISOLAMENTO

O Ministério da Justiça e da Segurança Pública revogou portaria que previa uso da força policial para garantir cumprimento de medidas de isolamento e distanciamento social em decorrência da pandemia do novo coronavírus. Uma vez consideradas transgressões sanitárias, uma aglomeração proposital ainda pode ser alvo de ação policial, mas já não conta com embasamento do Governo Federal. A medida foi adotada por meio da Portaria Interministerial (Justiça e Saúde) nº 9.

TERRAS DA UNIÃO SÃO TRANSFERIDAS PARA RORAIMA E AMAPÁ

A Presidência da República sancionou a transferência de terras da União para os estados de Roraima e Amapá. Antes prevista em Medida Provisória, que

venceu e foi transformada em Projeto de Lei (nº 14.004), a medida pode abrir espaço para a posse de terras griladas da União nessas áreas, embora tenham sido vetados trechos que poderiam acirrar os conflitos fundiários, como transferência de terras sem georreferenciamento e títulos de prioridade não registrados pelo Governo Federal.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SUSPENDE PAGAMENTO DE PARCELAS DO FIES

Em consonância com o que foi votado pelo Congresso e sancionado pelo Presidente da República, as parcelas do Fies terão seus pagamentos suspensos por quatro meses em casos de financiamento que estejam com seus pagamentos em dia.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA PÚBLICA RENOVA RESTRIÇÕES AOS DIREITOS DE DETENTOS

Por meio de Portaria do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), o Ministério da Justiça e da Segurança Pública renovou por mais um mês as restrições aos detentos em estabelecimentos federais. Dentre as suspensões estão as conversas presenciais entre detento e advogado, a visita das famílias e as inspeções mensais (que devem ser feitas por meio de videochamada).

MINISTÉRIO DA SAÚDE INSTITUI NOVOS CENTROS PARA COMBATE À COVID-19

O Ministério da Saúde instituiu dois novos tipos de equipamentos públicos específicos para o combate ao novo coronavírus: o Centro de Atendimento para Enfrentamento à Covid-19 e o Centro Comunitário de Referência para Enfrentamento à Covid-19, voltado às favelas. A medida não prevê a construção de novas edificações, mas a adesão de espaços já existentes nos territórios, como postos de saúde ou locais comunitários, que passarão a receber recursos adicionais. Os objetivos são acompanhar casos suspeitos ou confirmados, atender casos leves e encaminhar casos graves para os hospitais.

MINISTÉRIO DA SAÚDE ANUNCIA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ENFRENTAMENTO À PANDEMIA

Por meio da Portaria Interministerial nº 12.683, o Ministério da Saúde anunciou que 5.158 profissionais de saúde serão contratados, por seis meses, para atuar no combate à pandemia. Os profissionais serão distribuídos em localidades pelo Brasil ainda não publicadas. Além disso, por meio de Medida Provisória do Presidente da República, ficam prorrogados os contratos temporários de 3.592 profissionais de saúde que atuam nos hospitais federais no Rio de Janeiro até o final de novembro.

Outras medidas da semana

MEDIDA PROVISÓRIA FLEXIBILIZA OBRIGAÇÕES PARA EXPORTADORES

As empresas que têm benefícios tributários nas Zonas de Processamento de Exportação estão dispensadas de provar que possuem ao menos 80% de sua receita bruta advinda do comércio exterior, uma vez que o fluxo comercial diminuiu em decorrência da pandemia. A medida foi implementada pela Medida Provisória 973.

RECEITA FEDERAL SIMPLIFICA IMPORTAÇÃO DE MAIS PRODUTOS DE COMBATE À COVID-19

Por meio da Instrução Normativa nº 1955, a Receita Federal determinou a adesão ao processamento simplificado de importação de mais produtos relacionados ao combate à pandemia do novo coronavírus, como as substâncias “IgG” e “IgM”, que compõem testes rápidos para a Covid-19.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA BUSCA CADASTRAR CIDADÃOS SOCIALMENTE VULNERÁVEIS EM AUXÍLIO EMERGENCIAL

O Ministério da Cidadania determinou em Portaria que a Secretaria Nacional do Cadastro Único – banco de dados federal colaborativo das famílias em condição de vulnerabilidade social – realize ações com o objetivo de cadastrar aqueles cidadãos que, embora elegíveis, não tem condições de fazer cadastro na plataforma do Governo para o Auxílio Emergencial.

FNDE SUSPENDE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) suspendeu a medida que ampliava o prazo para envio de prestação de contas de nove programas por parte de estados e municípios. Agora, voltam a vigorar os limites colocados nos convênios.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE ANUNCIA EXTINÇÃO DE BASES DO PROJETO TAMAR

Por meio da Portaria 554, o Ministério do Meio Ambiente determinou a extinção de três bases avançadas do Projeto Tamar: Camaçari (BA), Parnamirim (RN) e Pirambu (SE). Por outro lado, foi criada uma nova base em Salvador (BA). Pela descrição da medida, supõe-se que as bases extintas perderam relevância em ações de pesquisa e conservação.

AGÊNCIA OBRIGA PLANOS DE SAÚDE A COBRIR TESTES DE DOENÇAS RESPIRATÓRIAS

Por meio da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), o Ministério da Saúde determinou que os planos de saúde cubram seis novos testes para doenças respiratórias – além daquele que identifica a Covid-19.

PORTARIA PRORROGA CONVÊNIOS PARA SANEAMENTO BÁSICO

Os convênios firmados com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) que têm seu encerramento financeiro neste ano e sua execução até o próximo ano ganharam mais 285 dias para desenvolverem seus planos de trabalho.

MEDIDA PRORROGA FLEXIBILIZAÇÃO NOS SERVIÇOS DA RECEITA FEDERAL

Foi prorrogado até o fim do mês de junho o modelo de prestação de serviços da Receita Federal devido às limitações de atendimento impostas pela pandemia. Com isso, não estão sendo exigidos atendimento físico e apresentação de documento original para uma série de demandas.

BANCO CENTRAL ADOTA MEDIDA PARA EVITAR CALOTES

O Banco Central anunciou que serão aceitas como garantias para empréstimos às instituições financeiras as notas promissórias emitidas por empresas com vencimento previsto em 180 dias da data de publicação da medida. A decisão mostra o receio das instituições financeiras com o risco do calote, uma vez que, anteriormente, qualquer vencimento era válido.

PRORROGADO O PRAZO PARA ALISTAMENTO MILITAR

Em razão da pandemia, o Ministério da Defesa prorrogou o prazo para alistamento militar obrigatório para 30 de setembro. A medida foi realizada por meio do Decreto nº 10.384.

**Perdeu alguma informação importante
na semana passada?
Aqui estão as principais medidas das edições
anteriores do Boletim Covid-19:**

**GOVERNO FEDERAL DECLARA CALAMIDADE PÚBLICA
(MENSAGEM PRESIDENCIAL 93)**

**GOVERNO ANUNCIA FECHAMENTO DAS FRONTEIRAS LINDEIRAS DO
BRASIL**

**PRESIDENTE SANCIONA LEI DE AJUDA EMERGENCIAL DE R\$ 600 PARA
TRABALHADORES INFORMAIS E DE R\$ 1.200,00 PARA MÃES CHEFE DE
FAMÍLIA DURANTE TRÊS MESES**

**EXECUTIVO EMITE PACOTE DE MEDIDAS PROVISÓRIAS QUE VISAM
MITIGAR OS EFEITOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA CRISE**

**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF) REPASSA RECURSOS
RECUPERADOS PELA LAVA JATO**

**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL LIBERA CRÉDITO PARA HOSPITAIS QUE
ATENDEM SUS**

**DECRETO PRESIDENCIAL PROÍBE ENTRADA DE ESTRANGEIROS
NO BRASIL**

**LEI GARANTE DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA FAMÍLIAS
DE ALUNOS**

**PRESIDENTE SANCIONA LEI QUE REGULAMENTA TELEMEDICINA NO
BRASIL**

EXPEDIENTE

Direção Executiva **Mônica Sodré**

Coordenação de Apoio à Ação Política **Cassia Costa**

Relacionamento com o Congresso Nacional **Floriano Pesaro**

Pesquisa **Floriano Pesaro e Fabio Cabral**

Edição **Júlia Magalhães**

Diagramação **Rafael Carvalho**

Revisão **João Felipe de Oliveira**



RAPS

REDE DE AÇÃO POLÍTICA
PELA SUSTENTABILIDADE